

PLANEJAMENTO URBANO, CULTURA E MEIO AMBIENTE: A CONSTRUÇÃO CONJUNTA DOS TERRITÓRIOS DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM

Pedro Vianna Godinho Peria

Resumo

Este artigo discute as interações complexas e multifacetadas entre Estado e Sociedade Civil na construção dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) criados durante a formulação do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. O texto da lei estabelece que esse instrumento tem como objetivo fomentar atividades culturais e ambientais em regiões onde já há grande movimentação de iniciativas. No entanto, trata-se do resultado de um longo processo de engajamento, reivindicação e interação de grupos da sociedade civil com a autoridade local. É, portanto, o processo, ora conflitivo e ora colaborativo, que levou à criação dos TICP que aqui interessa. A partir da análise do texto da lei, de outros documentos públicos e de observação participante, o artigo propõe uma leitura do processo participativo de criação dos TICP a fim de compreendê-lo nas chaves oferecidas pela Ação Pública. O caso dos TICP nos mostra as capacidades de reinvenção democrática que extrapolam os limites da ação estatal e da participação institucionalizada.

Palavras-chave

Ação Pública; Plano Diretor Estratégico; TICP; Território; Perus.

Abstract This article discusses the complex and multifaceted interactions between the State and Civil Society in the construction of the Territories of Interest for Culture and Landscape (TICP) created during the formulation of the Strategic Master Plan of the Municipality of São Paulo. The text of the law states that this instrument is geared towards fostering cultural and environmental activities in regions where there is already a great movement of initiatives; this is, however, the result of a long process of engagement, demands and interaction of civil society groups with the local authority. It is therefore the process, sometimes conflictive and sometimes collaborative, that led to the creation of the TICPs that is of interest here. Based on the analysis of the text of the law, other public documents and participant observation, the article proposes a reading of the participatory process of creation of the TICP in order to understand it in the keys offered by Public Action. The case of the TICP shows us the capacity for democratic reinvention that goes beyond the limits of state action and institutionalized participation.

Keywords Public Action; Strategic Master Plan; TICP; Territory; Perus.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano abrange uma dinâmica complexa de encontros cotidianos (Certeau, 2014) que são capazes de construir e reconstruir os sentidos desse mesmo espaço. Há um fluxo contínuo de experiências compartilhadas - às vezes, conflituosas - que elaboram a paisagem urbana (Sandeville, 2010). Nesses termos, a paisagem não é mero dado visual, geográfico ou ambiental, mas, também e sobretudo, uma construção cultural; mobiliza narrativas, memórias e intersubjetividades. A paisagem se faz, portanto, de forma performática; ela é continuamente construída, refletida e reconstruída pelos atores que dela participam.

Os estudos que partem da abordagem da Ação Pública são abundantes e muito frutíferos para compreender as dinâmicas complexas de elaboração da paisagem urbana, principalmente no tocante à intersecção entre agentes da sociedade civil e atores estatais. Partindo igualmente de uma concepção performática, afirma-se que tanto o público quanto a política pública são resultados de uma ação: o público se faz no agir (Spink, 2013). Para compreender essa pluralidade, o componente territorial torna-se central, já que “as ideias e as ações serão sempre aplicadas por alguém em algum lugar” (Spink; Burgos, 2019, p. 108). A abordagem propõe, então, um reenquadramento das análises em direção aos atores, suas relações e os contextos nos quais se dão as interações.

Com esses termos, a análise da instituição de Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), com especial atenção para o TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera, na região noroeste da cidade, pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE) se mostra propícia. Sendo um instrumento de planejamento urbano, deve ser entendido

como uma política pública; no entanto, a história de sua construção mostra a “cacofonia performática” (Spink, 2013) dos modos de agir publicamente pelo público. Muitos atores entraram em cena, por meio de fóruns participativos ou de forma menos institucionalizada, para elaborar um instrumento inovador que articula aspectos culturais, ambientais, cotidianos e sociais voltado precisamente para o fomento das atividades que já ocorriam naqueles territórios antes mesmo do Plano Diretor (Sandeville; Manfré, 2014). À luz das categorias trazidas pela abordagem da ação pública, o artigo busca responder à pergunta: como se constituíram a arena pública e o problema público que deram origem ao TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera?

Longe de se destinar à elaboração de uma pesquisa exaustiva, o artigo serve como base para pesquisadores e pesquisadoras do Campo de Públicas que estudam, ou desejam estudar, os TICP e, principalmente, o seu processo de constituição. Apresenta uma síntese dos atores que participaram do processo, não de forma a os homogeneizar, mas ressaltando as contradições, os movimentos de ida e volta em direção ao consenso, os conflitos entre atores e entre atores e poder público. A análise é extremamente conveniente para o momento atual. No ano de revisão do Plano Diretor Estratégico, é hora de acadêmicas e acadêmicos, poder público e atores de movimentos sociais reverem as ações do passado e seus resultados.

Para a contribuição ao debate público, o artigo traz os principais aprendizados trazidos pela experiência dos TICP. Após esta seção introdutória, discutimos com maior ênfase alguns dos principais aportes da abordagem da Ação Pública nos estudos do Campo de Públicas. Em seguida, apresento o percurso e a metodologia que guiou o estudo de caso sobre a construção do TICP, em especial o TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera. A quarta seção, então, apresenta a história, as potencialidades e os limites desse caso único de construção social de um instrumento de planejamento urbano. Por fim, as considerações finais amarram as problemáticas levantadas pela discussão teórica às reflexões suscitadas pelos sujeitos que dão vida ao TICP.

PÚBLICO, AÇÃO PÚBLICA E TERRITÓRIO

Admitiremos aqui a abordagem da ação pública como uma corrente, advinda da sociologia francesa, que teve e tem grande repercussão no Campo de Públicas brasileiro e que sua maior potencialidade analítica recai na capacidade de observar e chamar a atenção para a multiplicidade de linguagens do agir público. Preocupamo-nos com a compreensão do fenômeno complexo e multifacetado da construção constante do público enquanto elemento semiótico e material, envolvendo múltiplos atores.

Podemos dividir essa corrente de análise conforme suas críticas e contribuições à literatura do campo de Política Pública. Em primeiro lugar, esta abordagem posiciona uma questão central e que apenas aparenta obviedade: o que é o que chamamos de público? A resposta parte da compreensão do caráter performático da linguagem para mostrar que existem diversas maneiras de performar o público. Nesse sentido, tanto o público quanto a política pública não são artefatos (Spink, 2013), mas resultados de uma ação: o público se faz

no agir. Constrói-se, dessa forma, uma “tendência de não aceitar tão facilmente a centralidade da noção de política pública” (Abreu, 2019), já que se o público é construído em ação, devemos ser capazes de enxergar diversas formas desse agir. Sobre as diferenças conceituais entre “política pública” e ação pública, Spink e Burgos afirmam:

O que é necessário tomar cuidado não é com a contribuição da noção da política pública para o cenário da ação pública, mas com a impressão de que tudo começa e termina com política pública. Há, ao contrário, uma variedade de linguagens de ação, algumas bem anteriores à política pública (como orçamento, planejamento, diretrizes e direitos) e outras (por exemplo governança) depois. [...] Às vezes essas diferentes linguagens, maneiras de falar performaticamente a ação, cooperam; às vezes entram em conflito e em outras, simplesmente se ignoram mutuamente como se fossem, cada uma, o ponto central de um universo de explicação e articulação de ação. (Spink; Burgos, 2019, p. 100)

Trata-se, portanto, de uma crítica a uma visão restrita do que entendemos sobre o público. Do ponto de vista propositivo, a abordagem da ação pública nos obriga a ver o diferente, pois “a ‘política pública’ não é a única linguagem de ação presente na arena pública” (Spink, 2015) e o Estado não é sinônimo de assuntos públicos (Spink, 2016). Há, portanto, uma pluralidade de performances sobre o público e que, ao agirem, reivindicam a noção do que é público; “nesse sentido, e como estratégia metodológica e analítica, optar pela **cacofonia performática** poderia ser mais adequado do que aceitar a hegemonia automática e articuladora da política pública” (Spink, 2013, p. 179, grifos do autor). Essa visão que aposta no caos e na polissemia, admite que

Existem as linguagens vistas do ponto de vista da ação estatal; aquelas observadas do lado do público pressionando o Estado; e ainda o próprio público agindo para o público. Expressam, assim, três modos de ação: (i) a ação estatal, (ii) o público pressionando o Estado e (iii) o público agindo diretamente para o público. Tais modos não são estanques e muitas vezes se misturam. (Abreu, 2019, p. 31)

A noção de ação pública, então, cumpre o papel de oferecer um mecanismo analítico para dar conta “dessa noção de uma multiplicidade de linguagens sociais para assuntos públicos, cada uma das quais realiza (encena) sua própria organização da vida pública por meio das relações propostas entre diferentes atores e por meio de seus termos favorecidos; em outras palavras, diferentes materialidades, sociabilidades e institucionalidades” (Spink; Silva, 2014, p. 18). A questão de fundo torna-se como “descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam” (Cefaï, 2009, p. 16). Sem dúvida, é uma concepção que torna a análise mais complexa, afinal, o agir publicamente para e pelo público pode emergir de qualquer lugar e em diferentes formatos - na verdade, acontece em todos os lugares e em todos os formatos. Por isso, a abordagem da ação pública é um pedido e um convite para a sensibilização do olhar acadêmico.

Não tomando o “problema público” como ponto de partida para a leitura de fenômenos, a concepção de arena pública é central para essa sensibilização das análises. Indo de encontro

às contribuições de Daniel Cefai (2017a; 2017b), devemos entender que grupos indivíduos inquietos se mobilizam e se organizam para definir um problema a partir de suas próprias experiências e essa ação orientada à solução de situações entendidas como problemáticas se dá precisamente na arena pública, entendida como: “uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso” (Cefai, 2017a, p. 200). O ponto de partida, então, é a mobilização que constitui uma arena pública e formula um problema pelo qual se deve lutar. Observando essa proposta com mais detalhe, percebemos que o que chamamos de problema público só pode existir enquanto um “processo de experiência coletiva” (Cefai, 2017a, p. 194); trata-se de observar a criação de um ambiente, de uma preocupação e de uma ligação comum:

Ela requer uma capacidade de sentir em comum (*sensus communis*) que se realiza por intermédio de uma atividade coletiva. As pessoas se juntam, se associam, discutem, inquietam-se, indignam-se, começam a indagar, discutem de novo. Encontram aliados em quem se apoiar, políticos ou especialistas que retransmitem suas vozes, ou outras organizações com que se associar. [...] Ao fazê-lo, constituem-se como um ‘público’ — a parte coletiva de um trabalho de si sobre si mesmo, submetida à prova da transformação da relação com os problemas, com os outros, com as situações, com as instituições... (CEFAI, 2017a, p. 196-197, grifos do autor)

Sobre essa elaboração simbólica e material não se espera nenhuma homogeneidade ou algum tipo de consenso absoluto; na verdade, o conflito é parte essencial e daí entendemos que o público (ou os públicos) é uma construção difícil. Por trás de um problema público está uma concepção bastante específica sobre o “público” que foi elaborado por uma rede mais ou menos difusa de atores atuando em suas arenas. Nesse quadro aparentemente instável e até caótico, somos capazes de enxergar uma grande capacidade criativa e, nesse sentido, essa mobilização é também um “laboratório de experimentação” (Cefai, 2017b, p. 129).

Assim, essa abordagem faz ver a criação de um espaço novo, a arena, em torno de uma situação nova, o problema público, para identificar formas também inovadoras de mobilização - e por isso a dimensão do movimento social, enquanto ação e enquanto organização, é tão cara. Para Daniel Cefai (2017b, p. 138), “o público dá origem a novos mundos”. Não se trata de excluir a ação estatal das nossas análises, mas de perceber que existe uma multiplicidade instigante de formas de agir em função do público, dentro e fora do Estado. Aqui, os estudos sobre sociedade civil e movimentos sociais são um combustível necessário para o aprofundamento das análises que se vinculam à abordagem da ação pública. Concordando que a sociedade civil é uma categoria típico-ideal, definida como um campo de poder no espaço não-estatal, caracterizada pela sua dialogicidade, pela autolimitação e por uma proteção jurídica mínima (Alves, 2004), devemos admitir que “a relação entre movimentos sociais e instituições políticas é contingente e mutuamente constitutiva, cujas implicações ou efeitos decorrentes são produzidos sobre ambos os atores societários e institucionais” (Carlos, 2015, p. 86). Dessa forma, as múltiplas performatizações do público pelo Estado e por atores da sociedade civil estão intimamente relacionadas, não de forma homogeneizante, mas a partir de diversos “repertórios de interação” (Abers; Serafim;

Tatagiba, 2014). Dentro, então, de uma “ecologia da experiência pública” (Cefai, 2017a, p. 190), deve-se mirar uma topografia errática de conflitos, interações, acordos, subjetividades e mobilizações.

Trata-se de perceber, portanto, que as ações do Estado e da sociedade civil se dão a partir de fronteiras mais imprecisas e ambíguas do que comumente imaginamos. A ação pública não é um evento pontual, harmônico, uníssono, extraordinário e bem delimitado, mas um fenômeno difuso, cotidiano, compartilhado e conflituoso. Se a política pública é uma das muitas formas pelas quais a ação pública é performada, as análises devem se voltar para compreender como se dão as outras performances e quais as relações que são construídas nessa “cacofonia”.

Para compreender essa pluralidade, o componente territorial torna-se central. A ação pública é sempre contextual: “o lugar onde ocorrem os problemas públicos explicita questões que se originam da relação concreta dos habitantes com seu espaço de vida, conflitos e diversidade de interesses do contexto no qual estão inseridos” (Borges, 2020, p. 179). A análise deve levar a sério, então, a dinâmica das experiências pessoais e grupais, pois “a ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes” (Cefai, 2009, p. 28). A abordagem em discussão pede necessariamente um reenquadramento em direção aos atores e aos diferentes “contextos de sentido” articulados.

Aqui, as concepções de Milton Santos acerca da categoria de território são especialmente úteis; para o geógrafo: “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (Santos, 2007, p. 13). Nesses termos, não se trata apenas de uma localização espaço-temporal, mas de uma categoria analítica que entende o território como “território usado”, sendo “o chão mais a identidade” (Santos, 2007, p. 14). As mobilizações do público se dão ancoradas na utilização material e simbólica do território e essa ligação é de tal forma umbilical que o próprio território deve ser entendido como uma categoria analítica privilegiada. Para Milton Santos (2014), devemos refletir sobre a dimensão relacional na configuração espacial e, como se verá no estudo de caso, a compreensão espacial e o envolvimento coletivo com o território é um elemento aglutinador e que dá sentido e base de sustentação para a conformação de uma experiência comum.

A partir das categorias analíticas de “público”, “atores”, “arena” e “território” entendemos que, se a ação pública ainda não foi caracterizada como uma virada no campo científico, fica claro que promove uma mudança de foco: “a abordagem das linguagens de ação pública toma como ponto de partida a proposta de levar a sério como as pessoas dizem o que estão fazendo: como falam do trabalho e como trabalham a fala” (Spink; Silva, 2014, p. 20, tradução do autor). À custa de certa repetição, trata-se de sensibilizar o olhar, pois a noção de política pública não dá conta de tudo que queremos e precisamos estudar e, nessa falta, acaba por invisibilizar processos e pessoas que estão agindo (sempre agiram e continuarão a agir) em prol do público. É nesse sentido, também, que a abordagem da ação pública é frequentemente apresentada conjuntamente a uma visão normativa sobre a intensificação do processo democrático. Devemos atentar, como aponta Zilma Borges, para:

o processo de criação de outras formas de ação coletiva que emergem da sociedade, defendendo que estas podem se contrapor ao movimento de desconstrução da política e retração da participação institucionalizada. O argumento principal que se busca desenvolver é de que em um período de retrocesso democrático por parte do Estado, a ação coletiva que emerge da sociedade ganha centralidade e precisa ser compreendida em sua potencialidade de gerar oportunidades de resistência e reinvenção democráticas. A análise de como essa ação coletiva tem se construído pode trazer luz para a compreensão dos espaços ou interstícios possíveis de retomada de uma ação pública que avance mesmo com ações contrárias do Estado. (Borges, 2020, p. 178, grifos meus)

Afirmamos, então, que a abordagem da ação pública fornece perspectivas interessantes para estudar casos nos quais a política pública se volta contra o público e quando existem “formas insurgentes de ação pública” (Borges, 2000, p. 178). Olhar para outras maneiras de agir significa também construir outras formas de olhar. Esse transbordamento conceitual promovido no interior do campo de Públicas mostra-se bastante favorável para análises que investigam as outras maneiras, mais ou menos explícitas, de construir o público conjuntamente, além das políticas públicas. Se a próxima seção apresenta o percurso metodológico do presente estudo, devemos ainda reforçar que os motes para a discussão final do trabalho serão as categorias de arena pública, problema público e território.

PERCURSO E MÉTODOS

Buscando responder à pergunta: “como se constituíram a arena pública e o problema público que deram origem ao TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera?”, o presente artigo lança mão do estudo de caso único seguindo a definição dada por Helen Simons (2014, p. 457): “o estudo de caso é uma exploração aprofundada das múltiplas perspectivas da complexidade e singularidade de um determinado projeto, política, instituição ou sistema num contexto ‘da vida real’”. Nesse sentido, estamos preocupados com as particularidades do caso em estudo, sem ignorar que se trata de uma iniciativa historicamente localizada. Seguindo ainda a proposta da autora, afirmamos que “o que interessa é a forma como eu e as pessoas participantes do caso percebemos e interpretamos o que encontramos e como construímos ou co-construímos os entendimentos do caso” (Simons, 2014, p. 458). Partindo, então, de uma perspectiva interpretativa, importa captar e analisar quais os sentidos mobilizados pelos atores envolvidos no caso selecionado para explicar e contar sua narrativa sobre a construção do TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera.

Para tanto, o *locus* central de coleta de informações foi a participação no curso “A Arte De Construir Territórios Educativos: O Ticp Jaraguá Perus Anhanguera”, entre os dias 05 e 19 de julho de 2021, oferecido pela Comunidade Cultural Quilombaque, pela Agência Queixadas de Turismo, pelo Museu Territorial Tekoa Jopo’i e pelo Instituto da Paisagem (Figura 01). A Comunidade Cultural Quilombaque, criada em 2005 por jovens do bairro de Perus (Zona Norte do Município de São Paulo), atua como um movimento político-cultural que reúne agentes e pautas relacionadas ao território. A Agência Queixadas e o Museu Territorial Tekoa Jopo’i são desdobramentos da Quilombaque como resultado da aprovação do TICP no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e atuam na realização de trilhas de turismo

comunitário nos bairros de Perus, Anhanguera e Jaraguá. O Instituto da Paisagem é coordenado por Euler Sandeville Jr., professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e atua na formação e divulgação de pesquisas voltadas ao desenvolvimento territorial com foco nos conceitos de paisagem urbana.

Figura 01 – Divulgação do curso “A Arte de Construir Territórios Educativos”

Curso Online
A ARTE DE CONSTRUIR
TERRITÓRIOS EDUCATIVOS
 TICP - TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM
 PERUS - JARAGUÁ - ANHANGUERA

Estudo sobre um novo conceito de Gestão de Cidade pautada em referenciais não degradante com foco na Cultura, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Local

Docentes:

Euler Sandeville Jr.:
 Coordenador do Instituto da Paisagem / Projeto Biosfera 21 e Professor Sênior da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Cleiton Fofão:
 Especialista em Gestão Cultural pelo CPF Sesc, Co-fundador e Coordenador da Comunidade Cultural Quilombaqué e da Queixada Agência de - Museu Tekoa Jopoi.

Almir Moreira:
 Geógrafo pelo IFSP, atua como professor e educador popular. Consultor em Cartografia Social e Mapeamento Colaborativo. Educação para as Relações Étnico-Raciais. Gestão de Conhecimento e Desenvolvimento Humano.

Camila Cardoso:
 Foi gestora de Políticas Públicas para Juventude na Prefeitura de Rio Claro. Gestora na Comunidade Cultural Quilombaqué, coordenadora da Agência Queixadas e do Museu Tekoa Jopoi.

Realização:
 INSTITUTO DA PAISAGEM
 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE
 TEKOJA JOPOI

DURAÇÃO
 De 05/07 à 19/07

INVESTIMENTO
 R\$ 360,00 ou 12x de 37,23

ON LINE

Sympli
 INSCREVA-SE

INSCRIÇÕES ABERTAS
 (Inscrições até dia 02/07)
<https://cutt.ly/JbDbzi7>

Fonte: Comunidade Cultural Quilombaqué. Disponível em: <https://www.facebook.com/quilombaqué/photos/a.818860918231736/4093284744122654>.

O curso foi voltado para a apresentação, pelas vozes daqueles que estiveram imersos no processo, da história do conceito de Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem e de como essa proposta foi incorporada no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014). O curso foi realizado de forma virtual e contou com poucos participantes - cerca de dez inscritos. As cinco aulas tiveram duração de três horas e meia, realizadas no período noturno e sendo divididas tematicamente entre os ministrantes do curso. Com suas falas podemos acessar com riqueza de detalhes a história desse instrumento de planejamento urbano feito de forma participativa. Assim, com auxílio de notas em caderno de campo e das gravações das aulas e outros materiais disponibilizados aos inscritos, a apresentação e discussão do caso segue a proposta da análise de narrativas (Czarniawska, 2000; 2004; Bittencourt, 2010), segundo a qual é preciso operar (1) uma reprodução da narrativa (fase de explicação); (2) uma desconstrução (fase de explanação); e (3) uma reconstrução da narrativa a partir da leitura do pesquisador (fase de exploração).

Nesse sentido, a inscrição no curso ofereceu uma oportunidade única de atuar como observador participante de uma audiência voltada à escuta. Nessa posição, no entanto, é preciso admitir algumas precauções. Em primeiro lugar, o curso tratou de uma experiência passada; mesmo que os reflexos da construção do TICP estejam em plena efervescência, as falas dos ministrantes se deram no pretérito perfeito (o que foi feito e terminado). Em segundo lugar, como observador participante tive acesso a um número bastante restrito e controlado de vozes sobre a temática em questão. Assim, a análise não é capaz e não objetiva trazer considerações sobre a totalidade de atores que se mobilizaram para a criação do TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera. Com essas limitações, apresento ao final do artigo algumas questões suscitadas ao longo da análise que podem auxiliar pesquisadores e pesquisadoras a continuar a discussão do caso buscando alcançar um maior número de vozes dentro da “cacofonia performática” que gerou os TICP.

As falas dos ministrantes servem de base privilegiada, na seção seguinte, para a construção e análise de *uma* narrativa sobre o TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera. Serão observadas as ênfases, os marcos temporais, simbólicos e institucionais, e os silêncios encontrados nas falas para compreendermos como se deu a edificação de uma arena pública em torno de muitas situações problemáticas capazes de mobilizar a criação de um instrumento de planejamento urbano inovador para a maior cidade do país. Na verdade, como se verá, mais do que um instrumento, o TICP é a manifestação de uma diferente forma de enxergar a cidade, seu ambiente e seus habitantes.

O TICP JARAGUÁ, PERUS E ANHANGUERA

De qualquer maneira, meu amor
Eu canto.

De qualquer maneira, meu encanto Eu vou sambar.
(De *Qualquer Maneira*, Candeia)

O presente relato-análise seguirá uma subdivisão temporal da narrativa apresentada pelos ministrantes do curso “A Arte de Construir Territórios Educativos” pois foi dessa forma que as aulas foram apresentadas. O marco fundamental da narrativa é a aprovação do atual PDE, em 2014, de forma que esta seção está dividida em (1) Origens, sobre o período anterior ao marco legal, (2) O TICP no Plano, sobre a inclusão do instrumento nas discussões do plano que orienta o desenvolvimento urbano da cidade, e (3) O TICP além do Plano, sobre os desdobramentos após a inclusão no Plano Diretor. No texto que segue, todas as colocações entre aspas e em itálico referem-se a falas ditas por ministrantes ou participantes do curso durante as aulas e não serão identificadas nominalmente.

ORIGENS

Aberto com toques de tambor e atabaque no ritmo do jongo, manifestação cultural de matrizes afro-brasileiras importante no interior paulista, o “*curso sobre o que fazemos no território*” se iniciou com uma discussão sobre a visão sobre a precariedade e a potencialidade na periferia. De um lado, o entendimento sobre a periferia está ligado às condições de vida. A partir do *Mapa das Desigualdades*, da Rede Nossa São Paulo, encontramos uma escala de 0 a 0,99 empregos formais por habitante; enquanto no distrito de Pinheiros, na Zona Oeste, esse número sobe para 2 a 5,99 (Rede Nossa São Paulo, 2017). Especificamente no distrito de Perus, sabemos que entre 15% e 29,9% da população reside em favelas e a mesma porcentagem representa a parcela da população do bairro em situação de alta ou muito alta vulnerabilidade social. Enquanto no distrito do Jardim Paulista, a idade média ao morrer era de 79,4 anos, em 2016, no distrito de Perus, essa razão é de 60 anos e no distrito de Anhanguera, de 56,4 anos. Na atual pandemia de COVID-19, sabemos também que são bairros como o de Perus, que não possui nenhum leito hospitalar, que apresentam os piores indicadores de taxa de contaminação e morte (Instituto Pólis, 2020).

Aquela região da cidade foi povoada por migrantes nordestinos que se tornaram operários das primeiras fábricas da capital paulista. Nesse cenário, a fala de um dos professores do curso é significativa: “*já esperamos muito do Estado e ficamos muito desassistidos*”. A primeira inflexão narrativa se dá na afirmação de que não adianta olhar apenas pelo viés da precariedade. Ao “*fazer o inverso do que a universidade coloca*”, os moradores e moradoras daquele território se mostram além das estatísticas duras e dos estudos acadêmicos que se propuseram a saturar o conhecimento “*sobre a periferia mas não da e para a periferia*”. Na fala dos ministrantes, essa nova tomada de posição política, intelectual e comunitária se deu no início dos anos 2000, mas tem como base movimentos de quase um século que se deram nos primórdios do bairro.

Um desses, que figura como memória articuladora fundamental na narrativa, é o movimento grevista dos operários da Fábrica de Cimentos Portland Perus em meados do século XX, chamados de queixadas. A greve contra as péssimas condições de vida e trabalho se pautou pelos princípios da não-violência ativa e da firmeza permanente¹, que são hoje emblemas das atividades político-culturais no território, pois “*somos os novos queixadas*”. Saudando a ancestralidade presente no território, que remonta ao período pré-colonial com a presença guarani em Jaraguá e chega aos dias atuais com os movimentos de cultura do Hip Hop, o combustível que move a narrativa passa a ser o enaltecimento da memória de resistência. A partir de um maior conhecimento sobre os eventos de insubordinação que tiveram aquele território como cenário, admitem que fazem parte de “*um bairro de lutas*”. Nessa inversão de sentidos, da falta de serviços para a força da comunidade, o pensamento de Milton Santos também figura como central, pois ele “*permite deixar de olhar a precariedade para refletir sobre a potencialidade, as perspectivas de mudança, a criatividade e a resistência*”.

Com essas bases, as atividades giram em torno de um conceito: a sevirologia, cuja definição merece maior destaque neste texto:

“SEVIROLOGIA: Acorados nos pressupostos e fundamentos da visão sistêmica, criamos uma metodologia multidimensional para diagnosticar, planejar e agir sobre a realidade, produzir conhecimento e aprender de modo processual e permanente.

Ou seja, se você tem, você faz, se você não tem, você faz do mesmo jeito. VOCÊ SE VIRA!”

Para os ministrantes do curso, esse é um princípio de ação, mas também é uma realidade; de forma que se reconhece a precariedade ao valorizar as formas criativas e inventivas de lidar com as condições adversas. Decorrente desse valor e dessa postura perante a sociedade, muitos desdobramentos poderiam e merecem ser analisados no tocante à noção de comunidade, à produção cultural, ao patrimônio e à memória, à redes de ajuda mútua etc., mas aqui nos deteremos na forma como essa história e esse princípio se manifestaram na criação de um novo instrumento de planejamento urbano.

Essa via da narrativa começa em 2011 com uma articulação entre coletivos do território, a Comunidade Cultural Quilombaque e o coletivo de educação Coruja, e o Núcleo de Estudos da Paisagem da FAU-USP na criação da Universidade Livre e Colaborativa². Nas falas dos ministrantes esse projeto nasceu quase que de forma natural após um encontro fortuito entre as pessoas interessadas, mas o mais importante é que, de forma mais ou menos institucionalizada, ele se deu como uma forma de trocar conhecimentos voltados a soluções de problemas vividos no território. As aulas realizadas no bairro, ora em escolas municipais, ora na sala ou no jardim das casas de moradores, versavam sobre princípios de cartografia e ecologia e subsidiaram pesquisas sobre o território, suas pessoas e suas memórias. Ali, estavam “*construindo um conhecimento novo sobre o território*” num “*processo contínuo de descoberta*”. De maneira horizontal, o projeto da Universidade Livre e Colaborativa “*buscou a equivalência entre o notório saber acadêmico e o saber vivido do território*” ao unir alunos de tradicional Universidade de São Paulo com moradores do território não apenas dentro da sala de aula, mas no trabalho colaborativo de planejar os temas e as abordagens

das disciplinas. É uma universidade “livre” porque para todos, é “colaborativa” porque é feita com todos.

Nesse projeto de “*uma humanidade ímpar*” a conjugação de saberes diversos logrou integrar o conhecimento relativamente consolidado entre as estruturas ambiental, urbana e social e as dimensões da memória, da história e do vivido. As diferenças foram usadas como forma de potencializar o aprendizado e difundir a ideia de que “*estamos interferindo em tempo real na cidade*”. Sem dispensar conflitos e desgastes, “*começamos a compreender que tínhamos muito a propor*” e, a partir da emergência das capacidades do território, essa construção de base passou a consolidar uma visão de que poderiam contribuir para a cidade como um todo, do local ao global.

TICP NO PLANO

Também de forma relativamente espontânea, os envolvidos e envolvidas na Universidades Livre e Colaborativa passaram a tomar parte na política institucional a partir do comparecimento em audiências públicas e outros espaços de decisão. Foi em algum desses encontros que a pauta da revisão do Plano Diretor Estratégico foi incorporada nas discussões em meados de 2013. De um lado, esse instrumento de planejamento era identificado como uma ferramenta mercadológica, sendo usualmente voltado para direcionar investimentos e ordenar “racionalmente” a ocupação do solo urbano - “*o PDE julga a vida de milhares de pessoas, não é concebido para as comunidades*”. Por outro lado, abria-se uma oportunidade privilegiada para levar as discussões sobre e do território a uma outra esfera, a governamental.

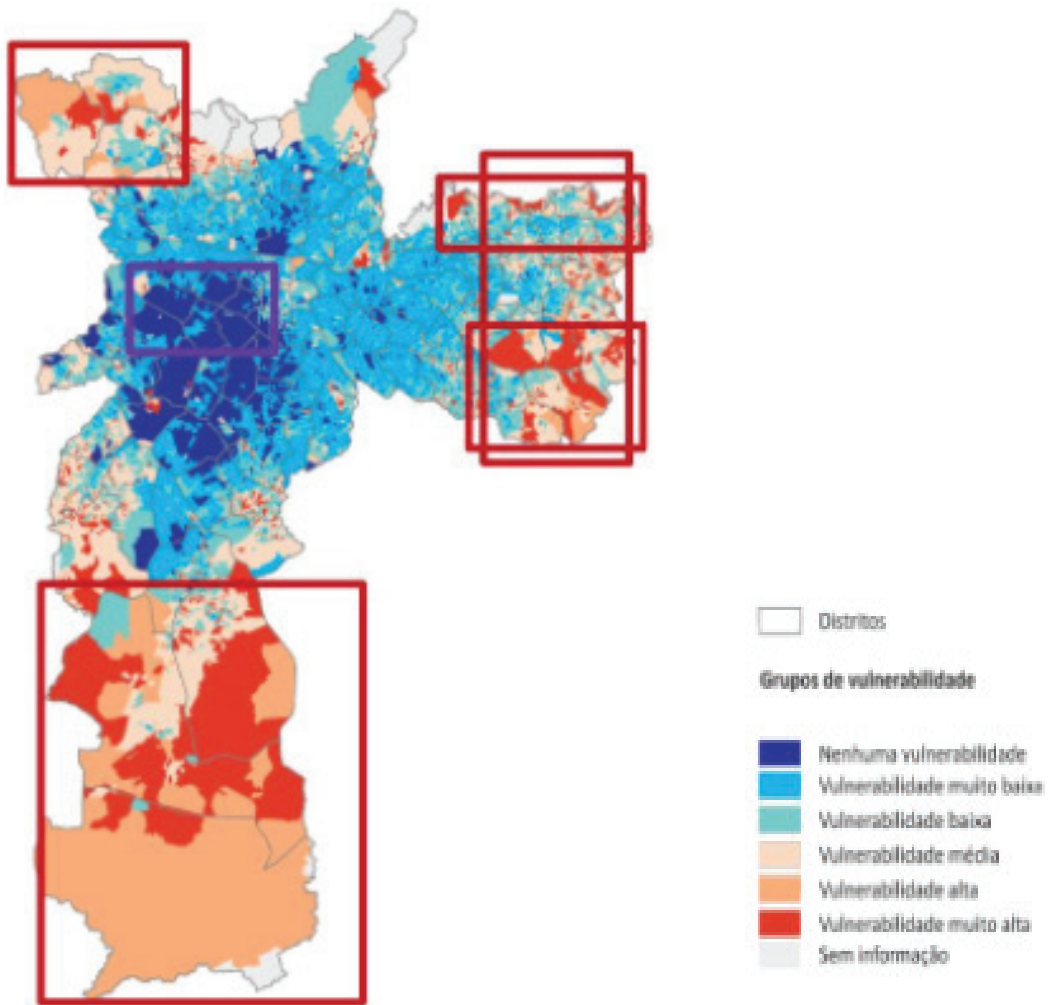
Em consonância com as pesquisas e projetos que vinham sendo desenvolvidos no âmbito da Universidade Livre e Colaborativa, o aproveitamento dessa janela de oportunidade se direcionou ao atendimento de dois objetivos: (1) propor um novo instrumento de planejamento urbano baseado nas potencialidades do território e (2) construir uma ferramenta transdisciplinar, envolvendo planejamento urbano, cultura, educação, meio ambiente e saúde. Nesse sentido, podemos entender as propostas formais da Universidade Livre e Colaborativa como uma decorrência das inflexões de postura frente a precariedade e as potências territoriais.

Além disso, a proposta colocada na pauta da revisão do PDE não se restringia a operar a potencialização em apenas um território, mas visava a identificação de situações de eferescência política, cultural e comunitária em outras regiões da cidade a fim de construir “*uma lógica de trocas interativas, um intercâmbio de conhecimentos entre circuitos territoriais*”. Do ponto de vista do poder público, tratava-se de admitir uma importante cena cultural nos territórios e aproveitar esse quadro já estabelecido para fomentar mais atividades por meio de incentivos e projetos localizados. Assim, com uma visão integrada das condições ambientais e sociais, admitindo a produção material e imaterial do espaço habitado, o instrumento estaria voltado para áreas de importante relevância ambiental que concentram instituições e atividades culturais para fomentar polos de atratividade social, cultural

e turística. Estava em pauta, assim, “*não só um projeto para a cidade, mas um projeto de cidade*” baseado na memória local, na comunidade e nos princípios do desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista dos articuladores locais, tratava-se de colocar as riquezas dos territórios como “*ponto de partida e de chegada do desenvolvimento*”, admitindo a grande radicalidade de reconhecer as potencialidades do local perante o poder municipal, que sempre teve postura negativa frente ao território e seus moradores.

Na primeira proposta formal apresentada, colocou-se em pauta a criação de cinco Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura, distribuídas por todo o município (Figura 02). Na Zona Norte, foi proposta a “Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Jaraguá/Cantareira/Juqueri”, que incluiria os parques ambientais presentes, as ruínas da Fábrica de Cimento Portland de Perus e as aldeias guarani. Na Zona Oeste, mais especificamente, no Centro Novo, foi colocada em pauta a “Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Oeste”, incluindo os bairros de Pompeia, Lapa e Butantã para abarcar unidades do Serviço Social do Comércio (SESC), o Morro do Querosene e a Universidade de São Paulo. No Centro, a “Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Ferrovia/Centro” seria formada pela região do centro histórico desde a Estação da Luz até o Brás, com seus galpões da primeira expansão industrial da cidade, e o Ipiranga, com o Museu Paulista. Para a Zona Sul foi proposta a “Área de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura Billings/Guarapiranga”, abarcando os principais reservatórios de água da cidade, as reservas indígenas de Parelheiros e outras unidades de conservação. Por fim, na Zona Leste, foram propostas duas Áreas de Interesse da Cultura e da Paisagem relativamente próximas, a “Várzea do Tietê”, envolvendo o Parque Ecológico do Tietê e centros de valor patrimonial do bairro São Miguel, e a “Carmo/Itaim”, abarcando remanescentes de parques urbanos frente a um processo de expansão da urbanização desenfreada. Na Figura 02, podemos ver as áreas propostas conjuntamente às escalas de vulnerabilidade social.

Figura 02 - Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura propostas



Fonte: Indicação Para A Criação De Novos Territórios De Interesse Da Cultura E Da Paisagem Na Cidade De São Paulo. Disponível em: <<https://biosphera21.net.br/5-TICP-0-AREASRECOMENDADAS.html>>.

Com os marcos espaciais usados como critério e a sobreposição de camadas de situações socioeconômicas vê-se a manifestação da proposta de não esquecer a precariedade para trabalhar e potencializar a criatividade existente nos territórios. Com esse desenho, os proponentes visavam à articulação dos quadros culturais presentes em cada região com a valorização dos corredores ecológicos que, ainda, envolvem o município. A instituição dessas áreas criaria uma rede ambiental e cultural voltada para o fomento das atividades já existentes em cada região, mas com impactos para o bem-estar de toda a cidade.

Com a aprovação do projeto proposto, os equipamentos públicos presentes em cada Área de Especial Interesse atuariam conjuntamente para a consolidação desses territórios criativos.

Nessa visão, a capilaridade dos equipamentos de Saúde, Educação e Assistência Social seriam elementos chave, de forma que, além de transdisciplinar, há um projeto intersectorial como forma de o Estado enxergar tais territórios de maneira menos segmentada. No entanto, nos trâmites das comissões participativas da revisão do Plano Diretor Estratégico, a coalizão de interesses em torno da proposta das Áreas de Especial Interesse da Cultura e da Paisagem não logrou incorporar toda a substância da proposta no texto da lei. Especificamente, os ministrantes do curso repetidas vezes lamentaram pela não inclusão da dimensão da Saúde Pública no ato de aprovação (parcial) da proposta. Além disso, nem todas as áreas foram incluídas, apenas a Central e da Zona Norte, denominadas Paulista/Luz e Jaraguá/Perus, respectivamente.

Se, antes, propunha-se a inclusão das “Áreas de Especial Interesse da Cultura e da Paisagem” dentro do Capítulo Da Gestão Democrática no novo Plano Diretor Estratégico, as movimentações políticas foram suficientes apenas para incluir o conceito desenvolvido na Universidade Livre e Colaborativa enquanto “Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem” (TICP) no Capítulo Da Política e Do Sistema Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano. Na narrativa dos pioneiros do projeto, dentro da vitória, que foi a aprovação da proposta, operou-se uma redução simbólica, a exclusão da palavra “especial” no título do instrumento, e material, a perda da dimensão intersectorial e de planejamento global da cidade para um instrumento voltado ao setor de patrimônio cultural. Vejamos agora como o texto da lei incorpora ou não a proposta vinda “*de baixo para cima*”.

Após a Seção I Dos Objetivos e Diretrizes do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, o artigo 314 do Plano define:

Fica instituído o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público.

§ 1º Os TICP devem ser constituídos por sua importância para a cidade como um território simbólico que abriga áreas ou um conjunto de áreas naturais ou culturais protegidas, lugares significativos para a memória da cidade e dos cidadãos e instituições de relevância cultural e científica. (Município..., 2014, p. 139)

A definição do instrumento não foge ao que foi formulado “nas ruas”, mas chama a atenção o papel central atribuído ao Poder Público como vetor fundamental para a garantia da “longevidade e vitalidade” das ações que permitem um lugar ser considerado um Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. Ainda assim, no §1º vemos a mesma interconexão entre elementos ambientais e culturais, ligação que define a identidade dos territórios. Ainda com base nos primeiros dispositivos legais, vê-se a amplitude do instrumento, que visa abarcar desde manifestações pontuais da produção

cultural até elementos naturais da paisagem e do patrimônio imaterial. Mesmo que apenas dois TICP tenham sido criados com o PDE de 2014, o §4º do Artigo 314 abre espaço para a criação de novas unidades, desde que “a partir de processos participativos” (Município..., 2014, p. 140).

A lei estabelece, em seu Artigo 315, sete objetivos para os TICP: (1) o estímulo de “iniciativas locais no âmbito da cultura, educação e meio ambiente, através de processos solidários e colaborativos”; (2) a garantia do direito à cidade e à cidadania cultural; (3) a valorização da memória e da identidade; (4) a promoção “do entendimento dos processos urbanos e ambientais de transformação e conservação das paisagens e a fruição de seu patrimônio material e imaterial”; (5) a promoção, “em especial nos TICP localizados em regiões de maior vulnerabilidade social, o desenvolvimento de coletivos culturais autônomos”; (6) a definição de incentivos para o fomento de atividades culturais; e (7) a criação de articulações entre os diferentes TICP (Município..., 2014, p. 140). Vemos aí a primazia das ações locais postulada pelas propostas iniciais como forma de promover a educação, a cultura e a proteção ao meio ambiente. É nesse sentido que os envolvidos e envolvidas na Universidade Livre e Colaborativa entendiam o potencial educativo dos territórios: *“todo território é educativo, aprendemos coisas com o território, às vezes boas e às vezes más, por isso devemos qualificar a forma como experimentamos a educação no território”*.

Para alcançar tais objetivos, o Artigo 316 estabelece certas ações prioritárias, entre elas: a identificação e a sinalização de circuitos culturais, a formação de agentes locais, a recuperação de bens de valor patrimonial e o desenvolvimento de atividades na rede municipal de ensino visando a formação voltada ao meio ambiente local. Por fim, o Artigo 317 define linhas de ações específicas a serem tomadas pelo Poder Público para concretizar as ações prioritárias, os objetivos e os próprios TICP. Em primeiro lugar, coloca-se a “a garantia de uma gestão democrática e participativa, com controle social, livre acesso à informação e transparência na tomada de decisões” (Município..., 2014, p. 140), que seria viabilizada pela instituição do Conselho Gestor de cada TICP, de composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil. Além disso, prevê-se a concessão de benefícios fiscais e urbanísticos, envolvendo isenção de taxas, simplificação de procedimentos, orientação técnica e jurídica e realização de convênios, para o fomento ao desenvolvimento das atividades.

No entanto, essas medidas, que são as mais objetivas e diretas em relação aos TICP, deverão “ser regulamentadas por lei específica” (Município..., 2014, p. 140) e essa regulamentação não foi pautada. Nesse sentido, o TICP no Plano Diretor Estratégico é um instrumento pela metade: existe formalmente e sua história é inegavelmente vinculada à participação e movimentação social bastante ativa e combativa, mas a concretização de um dos seus objetivos espera a ação do Poder Público. Se a Prefeitura reconhece “polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável” (Município..., 2014, p. 139), não desenvolveu instrumentos materiais para fomentar as atividades.

O TICP ALÉM DO PLANO

Se a história do envolvimento do Poder Público começa e termina com o atual Plano Diretor Estratégico, a efervescência cultural em Perus se manteve e evoluiu apesar da falta de regulamentação do instrumento legal. Na verdade, na narrativa dos ministrantes do curso “A Arte de Construir Territórios Educativos” não houve qualquer sinal de novidade em relação à apatia da Prefeitura, afinal “*a gente se vira*”. A aprovação da proposta, mesmo que em termos levemente diferentes do formulado, serviu de combustível para a criação de novas práticas e do fortalecimento de outras já consolidadas.

Se aqui não cabe uma listagem extensa de todas produções e projetos criados por aqueles e aquelas que se articularam em torno da Universidade Livre e Colaborativa e, em especial, da Comunidade Cultural Quilombaque, após a aprovação do PDE, devemos nos ater ao significado que o TICP toma hoje para aqueles que participam e vivem nele. Para tanto, uma experiência promovida no último dia do curso pode oferecer ideias interessantes: em pouco tempo, nós, participantes do curso, tivemos que listar quais eram os pontos fortes e os pontos que mereciam atenção em relação ao TICP com base no que fora discutido durante as aulas (Quadro 01). A maior parte das pessoas já tinha contato com a prática do TICP Jaraguá/Perus antes do curso, então as palavras abaixo representam ideias tanto de moradores e moradoras quanto de externos àquele território.

Quadro 01 - Pontos fortes e que merecem atenção em relação ao TICP

Pontos Fortes	Pontos que merecem Atenção
A concepção de educação e presença da cultura	Os conflitos
A presença da USP	Os medos/ preocupações
O envolvimento das pessoas	As divisões e as disputas políticas
A diversidade de vozes	A atual revisão do PDE
Movimentos, suas lutas e potencialidades	Integrar mais a população
Articulação territorial	Falta de recursos
Visibilidade da região noroeste	Integrar mais a população
História e geografia através do uso do território e do cotidianos das pessoas	Falta de um ou mais vereadores da “região” com entendimento favorável ao instrumento
Possibilidade de expansão	
Potencializa projetos e ações locais	
Resgate da memória e das histórias	
Amplia os conhecimentos e compreensão sobre o lugar onde moramos	
Ações integradas entre espaços públicos, coletivos, associações e a população	
Proposição de projeto de cidade	

Fonte: Elaboração própria com falas de participantes do “A Arte de Construir Territórios Educativos”.

Essas palavras não devem ser tomadas como reflexões bem consolidadas ou acordadas entre todas as participantes e ministrantes do curso referido; ainda assim, oferecem um relance sobre os elementos principais que foram ressaltados na narrativa das pessoas que criaram a ideia do TICP. Do lado positivo, fica invariavelmente a dimensão de articulação entre diferentes campos do conhecimento, entre diferentes sujeitos e entre diferentes áreas de atuação governamental. Do lado das dimensões “fracas”, vemos a presença vaga de “conflitos” e a falta de apoio político e institucional. Ainda assim, a proposta conceitual e empírica do TICP parece estar consolidada de forma inquestionável como uma ação que tem potencial ao se ligar com a potência das pessoas do território.

Nesse sentido, é importante voltar às origens da proposta, pois “*o TICP não cria nenhum território, mas reconhece um território que já existe*”. Dessa forma, a não regulamentação do dispositivo urbanístico não impactou negativamente as mobilizações na base; elas já se davam de forma independente da ação e da inação da prefeitura. Mesmo que o processo de aprovação do TICP tenha sido “*desgastante e cansativo*”, há um vínculo afetivo e político: “*tem um antes e um depois do TICP, eu gosto mais do lugar onde moro*”. Os processos de mobilização e pesquisa desencadeados pela Universidade Livre e Colaborativa puderam difundir certa inquietação e curiosidade sobre a história e as memórias entre moradoras e moradores de forma que, em maior ou menor grau, de forma mais ou menos institucionalizada, uma profusão de pessoas e grupos ainda estão envolvidos na ideia que o TICP Jaraguá/Perus evoca. São manifestações espontâneas, não provocadas pela Prefeitura, que trazem à tona a dimensão de articulação entre disciplinas educacionais, entre cultura e meio ambiente, entre patrimônio material e imaterial, voltadas para todos do território. Com isso, o TICP presente na Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, tornou-se motivo “*de inspiração para criação de novos estudos e de projetos culturais e educacionais*” e, por isso, podemos dizer que o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá, Perus e Anhanguera é muito maior do que o previsto no Plano Diretor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitado, esse relato não buscou esgotar as possibilidades de revisão da história de criação do TICP Jaraguá/Perus, mas é suficiente para mostrar que hoje, seis anos após a aprovação do Plano Diretor, existe uma memória consolidada e altamente valorizada sobre esse processo de construção comunitária.

A comunidade do território de Perus se aglutinou em torno de princípios de ação (a sevirologia, a memória, a firmeza permanente) para propor soluções visando a potencialização da criatividade observada entre seus pares. A precariedade não foi vista como empecilho e a partir dessa plataforma de mobilização social foi constituída uma arena pública, nos termos de Cefai (2017^a; 2017^b), que passou por momentos de maior e de menor organização em torno de objetivos claros: levar uma proposta feita no chão de Perus para a Câmara de Vereadores do Município de São Paulo. De forma muito singular, o caso trabalhado neste artigo mostra-se como um composto de muitas vozes, “*da universidade à quebrada*”, que foram além não só da pressão social e da própria criação de políticas públicas (Spink, 2016) para se apropriar do instrumento legal e utilizá-lo da forma que melhor lhes cabiam. Nessa

“topografia da experiência coletiva” (Cefai, 2017b, p. 138) podemos enxergar um grupo de pessoas constituindo-se enquanto *público* e lutando para alterar o significado do próprio território e da cidade. Questionando o *caput* do artigo que cria o TICP, a experiência da arte de construir territórios educadores mostra que a “longevidade e a vitalidade” são garantidas cotidianamente apesar do Poder Público pela práxis de quem tem o território como dimensão vivida.

Na continuidade de pesquisas que detalhem essa experiência, incentivamos a incorporação de vozes dissonantes na narrativa do TICP para caracterizar com maior riqueza a “cacofonia performática” (Spink, 2013) desse “laboratório de experimentação” (Cefai, 2017b). Além disso, deve-se ter como ponto de atenção a revisão “*a toque de caixa*” do Plano Diretor que se propõe hoje em São Paulo; a região sofre com pressão imobiliária e todas as condições que se colocam contribuem para um processo menos participativo e democrático - “*é difícil lutar contra o que não se vê*”.

Ainda assim, o percurso metodológico escolhido para desenvolver este trabalho permitiu o acesso a uma narrativa consolidada sobre o objeto de estudo que se mostrou maior do que um simples instrumento de planejamento urbano. Ainda nos termos de Daniel Cefai (2017b, p. 138), vimos uma “força gerativa” que “enriquece a experiência coletiva com uma nova panóplia de sentimentos morais, crenças práticas, hábitos de ação, representações coletivas”. O TICP em uso é motor de criação cultural e política e, nessa grande agitação, mostra-se resistente ao contínuo silêncio violento do Poder Público frente às potencialidades do território. Permanentemente firmes, os agentes de Perus colocam em prática a visão de Milton Santos (2020) sobre a memória coletiva: “um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (p. 329).

NOTAS

1. Para mais informações e relatos sobre a “greve da Perus” e os movimentos políticos que a envolvem, ver Bortoto e Bezerra (2019), Breno (1977), Jesus (1977) e Moreira e Gould (2013).
2. Refletindo sobre a experiência, Euler Sandeville escreveu artigos que auxiliam no entendimento do processo e dos seus resultados (Sandeville, 2010; 2014; Sandeville; Fernandes; Bortoto, 2016). Respeitando a opção metodológica da observação participante, no entanto, o relato dessa seção se prende às informações fornecidas no âmbito do curso.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABREU, Kate de. *A implementação do PNAE em Municípios de Pequeno Porte: implicações práticas e teóricas*. 2014. Dissertação (Mestrado) - CMAPG, EAESP-FGV, São Paulo, 2014.

ALVES, Mário Aquino. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 11, n. spe, p. 141-154, 2004.

BORGES, Zilma. Formas emergentes de ação coletiva: limites e oportunidades de ação pública e democracia direta. In: TORRUELLA, Joaquin Brugué; MARTINS, Simone; NEBOT, Carmen Pineda (org.). *Uma nova democracia para o século XXI?* Viçosa: Martins, 2020. p. 174-186.

BORTOTO, Regina Célia; BEZERRA, Maria Helena. Fábrica de Cimento Portland Perus: articulação pedagógica entre movimentos populares e escolas no bairro de Perus. *Revista CPC*, [s.l.], v. 14, n. 27esp, p. 185-210, 2019.

BITTENCOURT, Lúcio Nagib. *O que há de público na política pública?: análise do processo de elaboração do programa de revitalização e desenvolvimento da região central histórica de Santos a partir das narrativas*. 2010. Dissertação (Mestrado) - CMAPG, EAESP-FGV, São Paulo. 2010.

BRENO, João. Depoimento: a descoberta da não violência na greve da “perus”. In: FRAGOSO, Antônio et al. *A Firmeza-Permanente: a força da não-violência*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1977. p. 33-39.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 83-98, 2015.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [s.l.], v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel. Público, Problemas Públicos, Arenas Públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (parte 1). *Novos Estudos CEBRAP*, [s.l.], v. 36, n. 01, p. 187-213. 2017.

CEFAÏ, Daniel. Público, Problemas Públicos, Arenas Públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (parte 2). *Novos Estudos CEBRAP*, [s.l.], v. 36, n. 01, p. 187-213. 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis, Ed. Vozes. 2014.

CZARNIAWSKA, Barbara. *Narratives in Social Science Research*. London: Sage Publications, 2004.

CZARNIAWSKA, Barbara. The uses of narrative in organization research. *Gothenburg Research Institute School of Economics and Commercial Law*. [s.l.]: Göteborg University. 2000.

INSTITUTO PÓLIS. *Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia?* 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JESUS, Mário Carvalho de. Vinte e dois anos de luta sindical na Perus. In: FRAGOSO, Antônio et al. *A Firmeza-Permanente: a força da não-violência*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1977. p. 40-90.

MOREIRA, Jéssica; GOULD, Larissa. *Queixadas: por trás dos sete anos de greve*. São Paulo: Edição independente, 2013.

Município de São Paulo. *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado*. São Paulo: PMSP, 2014.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade 2017*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2017.

SANDEVILLE, Euler. A paisagem do município como território educativo. In PADILHA, Paulo R. CECCON, Sheila e RAMALHO, Priscila (org.). *Município que Educa*. São Paulo, 2010.

SANDEVILLE, Euler; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. Universidade livre e colaborativa em Perus: uma experiência didático-pedagógica de aprendizagem colaborativa. In: MULLER, Luis; MARTINS, Maria Lucia Refinetti. (org.). *Arquitectura y calidad socioambiental en ciudades del Cono Sur. Organización*. São Paulo; Buenos Aires: FAU USP (Brasil) e FADU UNL (Argentina), 2016. p. 135-147.

SANDEVILLE, Euler; MANFRÉ, Eliane. Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano. São Paulo: *Observatório das Metrôpoles*, 2014.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP. 2020.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: EdUSP. 2014.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (org.). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. p. 13-21. São Paulo: Lamparina. 2007.

SIMONS, Helen. Case Study Research: In-Depth Understanding in Context. In: LEAVY, Patricia (ed.). *The Oxford Handbook of Qualitative Research*. Oxford University Press, 2014. p. 455-470.

SPINK, Peter Kevin. Assuntos públicos e a abordagem das linguagens de ação pública. Rio de Janeiro. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, [s.l.], v. 21, n. 70, 2016.

SPINK, Peter; BURGOS, Fernando. Os limites da abordagem de implementação: vulnerabilidade urbana a partir do outro lado da rua. In: LOTTA, Gabriela (org.). *Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 2019. p. 99-126.

SPINK, Peter. Psicologia Social e Políticas Públicas: linguagens de ação na era dos direitos. *In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). A política pública como campo multidisciplinar.* São Paulo: UNESP/FIOCRUZ, 2013. p. 155-180.

SPINK, Peter Kevin; SILVA, Gabriela Toledo. Beyond Policy: Public action languages and governance from a Brazilian Perspective. *23rd World Congress of Political Science,* Montreal, Canada. 2014

SPINK, Peter Kevin. Um olhar diferente sobre a multidisciplinaridade: política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. *In: 1º ENEPCP, Brasília,* 2015. p. 1-17.